



OS CORPOS DELAS E SUAS MARCAS: O NARRAR DE PROFESSORAS-PESQUISADORAS-MULHERES(NEGRAS)

THEIR BODIES AND THEIR MARKS: THE NARRATING OF (BLACK)WOMEN-TEACHERS-RESEARCHERS

Tatiane da Silva Alves¹

Thays Alves de Oliveira²

Resumo: Este artigo propõe um exercício cartográfico que busca movimentos, desvios, potências, fissuras, que emergem nas narrativas das autoras como espaços outros para (re)pensar a pesquisa e a formação docente em uma (educação) matemática. Por meio de experiências e vivências marcadas por desigualdades de classe, gênero e raça, tensionam-se as pretensões de neutralidade do saber matemático. Inspiradas pela Interseccionalidade, pelas epistemologias decoloniais e por uma política da narratividade, as autoras performam uma crítica encarnada à racionalidade hegemônica, evocando afetos, histórias e corporeidades. Com base no perspectivismo, compreendem o conhecimento como relacional e situado, e, a partir do conceito de corpo sem órgãos, revelam o desejo de escapar das capturas normativas e padronizadas da nossa sociedade. A equívocidade é acolhida como potência criadora. A pesquisa se inscreve como ato de resistência e a escrita, como gesto insurgente, onde o pensamento brota nas dobras insubordinadas do vivido e abre caminhos outros como formas de (re)existir.

Palavras-chave: Política de Escrita; Perspectivismo; Epistemologia Outras; Interseccionalidade; Educação Matemática.

Abstract: This article proposes a cartographic exercise that seeks movements, deviations, powers, and fissures that emerge in the authors' narratives as other spaces for (re)thinking research and teacher training in mathematics (education). Through experiences and experiences marked by class, gender, and race inequalities, the claims of neutrality of mathematical knowledge are put into tension. Inspired by Intersectionality, decolonial epistemologies, and a politics of narrative, the authors perform an embodied critique of hegemonic rationality, evoking affections, stories, and corporealities. Based on perspectivism, they understand knowledge as relational and situated and based on the concept of a body without organs, they reveal the desire to escape the normative and standardized captures of our society. Equivocality is welcomed as a creative power. Research is an act of resistance and writing is an insurgent gesture, where thought emerges from the insubordinate folds of the lived experience and opens up other paths as ways of (re)existing.

Keywords: Body without organs; Perspectivism; Equivocality; Intersectionality; Mathematics Education.

1 Início?

O corpo chega primeiro ou primeiro chega o corpo? Antes de tudo, até mesmo da intencionalidade, há a vibração, a reverberação de experiências que atravessam a existência, produzindo assim vivências. No espaço da Pós-Graduação em Educação

¹ Doutoranda em Educação Matemática, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: Tatiane.alves@ufms.br

² Doutoranda em Educação Matemática, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: Taisoliveira851@gmail.com



Matemática, em específico o da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), corpos femininos se movimentam, se auto afetam, afetam e são afetados, produzindo signos que emergem para além da vontade consciente.

Haraway (2009) propõe que nossos corpos são mapas de poder, e não simples receptáculos de experiências. São modos de (re)afirmar nossas subjetividades e particularidades no mundo. Os corpos são campos de disputas, lugares onde histórias individuais e coletivas se inscrevem. Sendo assim, as autoras não apenas ocupam a Universidade, mas também a (re)configuram com suas presenças, inscrevendo e escrevendo nelas, cartografias outras de existência.

Segundo Deleuze e Guattari (2011) o corpo não se reduz a um organismo fechado, intacto, mas se compõe em um campo de intensidades, atravessado, e atravessando, por forças que afetam de maneira singular e subjetiva. "O corpo sem órgãos é o campo de imanência do desejo" (Deleuze; Guattari, 2011, p. 150), nos ensina os autores, sugerindo que é na (des)territorialização dos sentidos fixos, que se abrem novas possibilidades de existência. É no compor, que rasuras e fissuras são produzidas e pensadas de modo a subverter a dogmatização de um único modo de viver.

Nesse sentido, pensar o corpo na pesquisa exige deslocá-lo das definições normativas e padronizadas que o aprisionam. Para pensá-lo como potência, movimento, atravessado por experiências, vivências, desejos, afetos e encontros (im)previsíveis. Ou seja, compor com o corpo em uma caminhada desviante em devir. Assim como a imanência nos ensina que o conhecimento não está dado de antemão, não é fixo e pré-determinado, mas emerge no próprio ato de pesquisar, no ato de se deixar afetar pela pesquisa, a (des)territorialização do corpo permite romper com territórios rígidos de pensamento, criando brechas no vazio para narrar o que não cabe nos moldes acadêmicos tradicionais.

O corpo pesquisadora e o corpo pesquisado não são entidades separadas, na verdade, não se pode pensar em separar, mesmo que haja o desejo em se tornar uma pesquisadora sem corpo. As forças que compõem e perpassam o corpo se afetam mutuamente, entre corpo pesquisadora e corpo pesquisada, instauram um campo de acontecimentos onde o saber não é um objeto a ser capturado, mas um movimento sempre em devir, sempre em processos de envolvimento.

Nietzsche (2023) nos convida a perceber a vida como um devir, um movimento ininterrupto de criação e transformação. Se, para ele, "o que é grande n[a] [mulher] é el[a] ser uma ponte e não uma meta" (Nietzsche, 2023, p. 45), podemos dizer que a força da



mulher reside no fato de ser um caminho em constante (des)construção, uma travessia que nunca se encerra. Sendo assim, dizemos que a mulher é um devir. No percurso da Pós-Graduação, essa ideia se materializa nos corpos que aprendem a habitar os tensionamentos entre o instituído e o porvir, recusando definições e normativas estanques e (re)criando modos outros de ser e estar no meio que chamamos de acadêmico.

Nós, mulheres, pesquisadoras, somos multiplicidade, pois “a diferença não pede tolerância, respeito ou boa-vontade. A diferença, desrespeitosamente, simplesmente difere.” (Silva, 2002, p. 66). De maneira que, nos movimentamos na, com a, equivocidade. Viveiros de Castro (2004) propõe a equivocidade como um deslocamento que não busca a correspondência entre diferentes perspectivas, mas multiplicidade de sentidos e afetos que emergem do encontro com a outra. E essa "outra" não se refere apenas a uma alteridade simples ou externa, mas multiplicidade de sujeitas, mundos e modos de vida que (co)existem e interagem no meio em que estamos sendo essas interações humanas e/ou não-humanas. Ou seja, “outra” pode ser entendida como qualquer ser ou entidade que se coloca em um lugar de diferença e alteridade em relação à observadora, mas a noção de "outra", neste texto, não implica uma cosmovisão binária de oposição entre sujeita e objeto, humana e não-humana, ou mesmo nós e elas.

Pensar a “outra”, por Viveiros de Castro (2004), é abordá-la em perspectivismos que podem ser uma ser humana de outra cultura, uma entidade não-humana (como animais, plantas ou elementos naturais), ou uma entidade abstrata (como uma ideia ou um campo de conhecimento distinto). E, pensar desse modo amplia a noção de alteridade para incluir um leque muito maior de relacionalidades. Ou seja, não é algo a ser dominado ou subjugado à cosmovisão de uma sujeita universal e objetiva, mas é algo que apresenta cosmopercepções (Oyewùmí, 2021) próprias, perspectivas essas que podem ser igualmente, e julgamos que devem ser, legítimas e válidas.

Para Viveiros de Castro (2004), “a perspectiva que aqui se advoga é a do perspectivismo e a da equivocação controlada” (p. 3), estando em incessantes movimentos de perspectivas e afetações. Em outras palavras, o conhecimento não é um dado estável, mas um campo de forças em constante negociação, em movimentos, em devires.

No contexto da pesquisa em uma educação matemática, essa abordagem permite que as experiências das autoras sejam abordadas em sua fluidez, sem serem submetidas a categorias universais que silenciam suas singularidades e as padronizam de modo a legitimar uma única versão de se pensar a pesquisa. A equivocidade se torna, assim, um



gesto de abertura ao desconhecido, uma abertura ao novo desviante, uma possibilidade de traduzir sem reduzir, de escutar sem aprisionar, de produzir nas brechas e nas fissuras do vazio.

Como, então, acompanhar esses processos sem reduzi-los às categorias analíticas tradicionais? Este artigo propõe um exercício cartográfico que, em vez de fixar trajetórias em moldes prévios, busca compreender os movimentos, os desvios, as brechas, as fissuras e as potências que emergem nas/das narrativas das autoras.

Dessa forma, este trabalho não busca descrever, mas traçar caminhos possíveis para epistemologias outras, onde os corpos e suas experiências sejam reconhecidos e valorizados como instâncias vivas de produção e construção do conhecimento, instaurando um campo onde a pesquisa se faz na imanência do encontro, no entrelaçar das afetações, nos enredamentos de envolvimentos.

2 Movimento: entre intensidades e afetações

Pensar cartograficamente exige um deslocamento da lógica binária para uma perspectiva rizomática, onde os pensamentos se espalham como tentáculos, alcançando diferentes zonas de sentido. Esse movimento desafia as categorias analíticas tradicionais, que buscam enclausurar e aprisionar as complexidades do mundo, e abre espaços para as emergências de múltiplas possibilidades. Ao nos afastarmos da lógica linear, causal e hierarquizada, típica de uma racionalidade eurocêntrica, colonial e moderna, nos alinhamos a uma epistemologia que reconhece o movimento, o atravessamento e a fluidez como centrais nos processos de produção de conhecimento. Assim, é a partir do rizoma, conceito de Deleuze e Guattari (2011), que as pesquisas não se limitam a uma única linha de compreensão, mas se expandem em diferentes direções, sempre atravessadas por encontros imprevistos, deslocamentos e afetações.

O rizoma, diferente de uma árvore, não tem tronco, raiz principal ou hierarquias. Ele cresce por qualquer ponto, conecta-se a múltiplos outros, sem princípio, meio ou fim. Ao adotar essa perspectiva, a escrita cartográfica se torna, neste trabalho, um rizoma: um campo de produção de sentidos que não busca capturar uma verdade única, mas sim acompanhar os movimentos, as forças e as relações que se formam no caminhar da pesquisa. Como afirma Braidotti (2015), a ideia de rizoma ajuda a entender a multiplicidade do pensamento e da ação, pois ela propõe um modo de organização do saber que não conhece uma origem ou um fim fixo. Portanto, essa abordagem não apenas



permite, mas exige, a desconstrução das dicotomias tradicionais, como sujeito/objeto, pesquisadora/pesquisada, teoria/prática, que estruturam o pensamento acadêmico moderno, abrindo espaço para a emergência de outros modos de pensar, de narrar e de existir.

Pensar e produzir um texto rizomático, onde o rizoma é o modo escolhido para traçar caminhos de escritas, como estamos tentando aqui, é gerar um texto-corpo sem órgãos, um texto em fluxos e tensões. Este conceito, também de Deleuze e Guattari (2011), desloca a ideia de corpo como algo funcional, orgânico e disciplinado. O corpo sem órgãos não é um corpo literal, mas um campo de forças, de fluxos, de desejos, onde as conexões não obedecem a uma organização pré-estabelecida. Ele rompe com a lógica da produtividade capitalista, e diríamos neoliberal, da normatividade acadêmica e da funcionalidade, abrindo espaço para a criação, para a experimentação e para os devires. Aqui, pensar a pesquisa como corpo sem órgãos é se permitir existir em desconformidade com as exigências da academia que constantemente tenta nos capturar em modelos de escrita, de pensamento e de produção do saber. Ou seja, ao ousarmos tentar produzir um texto-corpo sem órgãos rizomático, nos colocamos em movimentos de (des)territorialização das normas impostas, e abrimos espaços para criação de experimentações outras.

Nesse mesmo sentido, Agamben (2015) também tensiona a totalização do corpo, especialmente no contexto das biopolíticas, ao propor que o corpo é, simultaneamente, alvo dos dispositivos de controle e campo de resistência. Quando ele afirma que “o corpo é o ponto de encontro entre a biopolítica e a forma de vida, e ao mesmo tempo a última possibilidade de resistência à sua normalização” (p. 99), traz à cena o corpo como espaço político, como território de disputa, como lugar de insurgência. Isso ganha contornos ainda mais densos quando pensamos nos corpos que escrevem, e se inscrevem, (n)este texto: corpos racializados, femininos, periféricos, considerados subalternizados, que resistem à normatização acadêmica e que, no próprio ato de narrar, já performam uma recusa às capturas epistemológicas impostas.

Portanto, ao refletirmos sobre as trajetórias das autoras em múltiplos espaços, na Pós-Graduação e para além dela, compreendemos que essas experiências corporais não são apenas atravessadas e marcadas pelas estruturas de poder, mas também são transformadas, resignificadas e potencializadas. São corpos que, ao mesmo tempo em que são feridos pelas violências institucionais, também se fazem espaços de criação, de resistência e de reinvenção.



O corpo acadêmico, assim, não é uma abstração. É um corpo real, marcado por raça, gênero, classe, território e história. É um corpo que habita as fissuras, que escapa das tentativas de normalização, que se (re)configura constantemente, criando possibilidades de existência que tensionam as normatividades institucionais. Aqui, não se trata de assumir uma posição de observadora externa, mas de habitar um território existencial, de dar corpo, no sentido literal e simbólico, à pesquisa. Isso implica dissolver as autoras como eixos fixos de análise e permitir que os signos, as tessituras, as experiências, os afetos e os deslocamentos se manifestem e operem na escrita, sem a necessidade de capturá-los em categorias rígidas estabelecidas.

A análise, portanto, não é um ponto de chegada, mas o próprio ato de caminhar. Ela não busca um fechamento, mas se constitui como processos, como fluxos, como campos de experimentações que mantém vivas suas imprevisibilidades, seus riscos e seus devires. Nesse sentido, as narrativas das autoras não são apenas relatos pessoais, são, sim, gestos e atos políticos e epistemológicos que se fazem no entrelaçamento e envolvimento de múltiplos corpos, histórias, territórios e afetos. A Pós-Graduação, enquanto espaço de disputa simbólica e epistêmica, e material, torna-se aqui também um território de insurgência, onde os corpos femininos, negros, periféricos e indisciplinados se afirmam, se narram e resistem.

Desse modo, dialogamos de maneira interseccional com a teoria dos três corpos (Poincaré, 1892–1899), oriunda da Física, que nos possibilita uma compreensão mais profunda da imprevisibilidade e da complexidade dos encontros. Esse conceito, que descreve a interação caótica e imprevisível entre três corpos em um sistema gravitacional, é útil para compreender as trajetórias das autoras, pois elas não seguem uma linearidade predeterminada, elas se torcem em outros espaços-tempo-matérias. São nos encontros interseccionais que - o narrar da Tatiane, o narrar da Thays e de uma Matemática - produzem potencialidades que permitem a transgressão de suas vivências.

A teoria dos três corpos, portanto, não é mobilizada aqui como uma metáfora vazia, mas como uma ferramenta conceitual que tensiona a lógica da linearidade, da previsibilidade e do controle, marcas da racionalidade hegemônica que também atravessam o campo da Educação Matemática. Se, na Física, o problema dos três corpos aponta para sistemas que entram em instabilidade, onde as trajetórias passam a ser imprevisíveis e caóticas, aqui tomamos essa ideia para pensar nossas próprias existências enquanto mulheres(negras)-professoras-pesquisadoras que orbitam (e são orbitadas) pelos campos gravitacionais de gênero, raça, classe e também por uma Matemática que,



historicamente, tem sido domesticada como neutra, objetiva e disciplinada, e disciplinadora. O encontro desses corpos não gera sínteses nem estabilidade, mas sim deslocamentos, desconfortos, transgressões e brechas, territórios férteis para se pensar outra pesquisa, outra formação, outros modos de existir no e com o mundo.

Nesse movimento, a noção de indisciplina se afirma como fenda, como rasura na rigidez das fronteiras do saber, especialmente na Matemática, que historicamente performa uma pretensa e suposta neutralidade. Assumir a indisciplina é assumir o risco de escapar do controle epistemológico, de tensionar as estruturas que produzem saberes hierarquizados, de desobedecer à lógica da universalidade, da homogeneização e da objetividade. Isso significa reconhecer que uma Matemática dita neutra é, na verdade, uma construção política que mascara os efeitos de apagamento, exclusão e violência epistêmica (Oliveira, 2024). Assim, quando nossas trajetórias, enquanto corpos insurgentes, racializados, considerados subalternizados e indisciplinados, se encontram com uma Matemática, aquilo que emerge não é a reprodução do mesmo, mas a produção de outros mundos possíveis, outros saberes, outras práticas que escapam as molduras normativas e padronizadas da ciência e da academia, tal como a Matemática.

Os marcadores sociais da diferença como gênero, raça e classe não são apenas sobrepostos, mas se influenciam mutuamente, se interseccionam e criando campos de forças instáveis e potentes, nos quais as trajetórias se (re)constroem nas fissuras e brechas de um sistema neoliberal. Para Deleuze (1988, p. 40), “o corpo é um campo de forças onde o fluxo de intensidades se estabelece sem uma direção única, mas a partir de forças em constante variação e reinvenção”. A interação desses três “corpos” – gênero, raça e classe – é imprevisível, mas ao mesmo tempo geradora de possibilidades potentes e inéditas, não para nós, mas para a Matemática que no suprassumo da sua narrativa se diz um campo constituído por uma “neutralidade”.

Ao problematizarmos o paradigma linear de produção de conhecimento, uma perspectiva pós-colonial oferece uma contribuição poderosa para o entendimento das trajetórias acadêmicas. hooks³ (2018), em sua análise, reforça a importância de compreender a subjetividade das mulheres(negras) em um contexto acadêmico, atravessada por experiências de raça, gênero e classe, que se entrelaçam, interseccionam, e constroem outras formas de saberes e resistências. Essa perspectiva destaca que as

³ bell hooks é pseudônimo em homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó, da intelectual negra Gloria Jean Watkins, que os utiliza como posicionamento político. O pseudônimo é grafado em letras minúsculas, pois ela acredita que nomes e títulos não devem possuir mais valor do que as ideias.



identidades dessas mulheres(negras) não podem ser vistas de forma isolada ou fragmentada, mas sim como produtos de processos interseccionais que operam simultaneamente, produzindo modos singulares de experiência e conhecimento. O reconhecimento dessas interseccionalidades permite desvelar as dinâmicas de poder e opressão que se manifestam no espaço acadêmico e, ao mesmo tempo, revela as estratégias e potências de resistência que emergem dessas experiências. Esse pensamento é em grande parte congruente com o conceito de “equivocidade” proposto por Viveiros de Castro (2004), no qual ele defende que o conhecimento não se dá em uma correspondência estável, mas é um jogo de multiplicidades, onde as perspectivas podem coexistir e gerar novos sentidos. A equivocidade problematiza a ideia de uma verdade única e imutável, propondo, em seu lugar, uma convivência entre diferentes mundos e interpretações, valorizando o diálogo entre saberes e a produção contínua de sentidos a partir da diversidade de perspectivas.

Em sua análise de gênero, Butler (2018) também propõe que o corpo é um espaço de performatividade, onde as identidades não são fixas, mas se constituem a partir de práticas e discursos que continuamente se reiteram. Para ela, "o gênero não é uma essência, mas uma realização, um ato repetido, que se instala como uma sedimentação" (Butler, 2018, p. 25). Essa concepção desloca o entendimento tradicional do gênero como uma característica biológica ou imutável, posicionando-o como uma construção social e cultural que se realiza na ação e na repetição de comportamentos, gestos e discursos.

Nesse sentido, as trajetórias das autoras são performativas, pois suas relacionalidades se formam e se (re)configuram por meio de práticas acadêmicas que criam novas formas de existência no campo do saber. A performatividade do corpo e das identidades, portanto, é tanto um campo de disputa quanto de criação, em que as autoras não apenas (re)produzem normas, mas também as tensionam e subvertem, produzindo possibilidades inéditas de se ser e de se reconhecer no mundo acadêmico. Assim sendo, a pesquisa não pode mais ser percebida como um processo de captura do "objeto" de estudo, mas como uma prática de intervenção que modifica as próprias autoras envolvidas nos processos. Essa visão implica uma deslocação epistemológica e metodológica fundamental, que reconhece o papel ativo das pesquisadoras e a natureza relacional e transformadora da investigação.

Nesse movimento de (des)construção de “identidades fixas”, Haraway (2009) nos oferece o conceito de "ciborgue", sugerindo que as identidades femininas (negras) são constituídas por uma multiplicidade de elementos, não mais homogêneos ou estáticos. "O



ciborgue é um híbrido, uma fusão de máquina e organismo, que não pertence nem ao mundo humano, nem ao mundo não-humano, mas é uma figura de transgressão" (Haraway, 2009).

Essa ideia de transgressão ressoa profundamente com as trajetórias das professoras-pesquisadoras, pois habitam um espaço de interseção entre diferentes mundos e possibilidades, (re)configurando suas existências a partir de uma multiplicidade de influências e afetações. O ciborgue, como metáfora, possibilita pensar identidades que se desdobram e se recombinam, rompendo com as fronteiras rígidas impostas pelas categorias sociais, culturais e políticas tradicionais. Essa fluidez e complexidade identitária refletem as experiências das pesquisadoras que desafiam os limites normativos da academia, construindo suas próprias narrativas e modos de saber que se situam na confluência de múltiplos sistemas de opressão e resistência, e que dialogam com tecnologias, corpos, histórias e afetos em constante (trans)formação.

Começamos este trabalho mencionando que ele parte de uma inspiração do conceito de Interseccionalidade (Akotirene, 2019), para produzir-com, compor-com. É importante explicitar que esse modo de pensar pesquisas possibilita que não deixemos de lado as particularidades e singularidades que cada sujeita carrega em seu corpo. Utilizar da Interseccionalidade (Akotirene, 2019) é não colocar em primazia as opressões, em detrimento de outras. Esse conceito nos coloca em movimento, em uma tentativa de abarcar as vivências e experiências que estão submetidas nos corpos, em específico os corpos femininos (negros).

Dizer que fomos inspiradas pela Interseccionalidade (Akotirene, 2019) é produzir com ela de modo a romper com a narrativa dominante da popularidade acadêmica. São maneiras de interseccionar para além dos marcadores sociais da diferença – gênero, raça e classe, entre outros – mas, também interseccionar conceituações que nos permitem utilizar da linguagem para subverter os mecanismos de manutenção do poder discursivo.

Mobilizamos a Interseccionalidade (Akotirene, 2019) não como quem busca nomear diferenças, mas como quem se deixa atravessar por elas. Inspiradas pela afirmação de Silva (2002, p. 66) de que “a identidade joga pelas pontas; a diferença, pelo meio”, tomamos a Interseccionalidade como um movimento intempestivo, uma travessia que pulsa nos corpos, nas palavras e nos gestos/ações.

Mais do que um conceito, ela é para nós um gesto de escuta e de abertura, uma forma de habitar os desvios, as brechas, as potências que surgem onde o instituído tenta silenciar. Não se trata de fixar identidades ou classificar dores, mas de acompanhar os



fluxos que escapam, de acolher a equivocidade como força criadora. Ao cartografar as nossas próprias marcas e deslocamentos, afirmamos que pensar e pesquisar é, também, um ato de resistência: um jeito de (re)desenhar caminhos onde caibam outras vidas, outras histórias, outros modos de existir e viver nesse mundo.

Sendo assim, a cartografia, como modo de pesquisa neste texto, propõe um movimento contínuo, onde as experiências não são simples representações de um dado exterior, mas campos de intensidades em constante (trans)formação. Como afirmam Deleuze e Guattari (2011, p. 103), “não se trata de representar a realidade, mas de mapear os fluxos de intensidades e os afetos que constituem as realidades”. Dessa forma, a pesquisa nunca captura, mas participa e compartilha da (re)criação de mundos outros de sentidos, onde as trajetórias de vida das mulheres(negras) acadêmicas se tornam não apenas relatos, mas experiências ativas de subversão do próprio campo de conhecimento.

Analogamente, as trajetórias das autoras, aqui narradas, não seguem uma linearidade pré-determinada, mas são atravessadas por forças em constante movimento. Raça, gênero e classe funcionam como corpos que orbitam e se influenciam mutuamente, produzindo dinâmicas instáveis, mas também potentes. Assim, como as narrativas de Tatiane e Thays, e de uma Matemática, são corpos que se configuram em modos de transgredir uma área, que normalmente prega uma doutrinação. Como nos lembram Santos e Lins (2024, p. 161),

[...] a experiência, quem sabe, pode ser uma oportunidade para formar um[a] professor[a], por pressuposto, sempre em movimentos. Uma oportunidade sem direção, sem destino, sem certezas. Experienciar o estranhamento, praticar o descentramento: tomar a diferença como espaço de formação [...].

Tomar a diferença como espaço de formação significa reconhecer que não há identidade “fixa” a ser alcançada, mas multiplicidades a serem atravessadas. No encontro com o estranho, com o outro, com aquilo que desafia nossos modos habituais de pensar e ser, somos afetadas e recriadas. A experiência, então, não é sobre confirmar o que já sabemos, mas sobre nos permitir ser deslocadas, desfeitas e refeitas — em um devir incessante que é, ele mesmo, a própria formação.

Mais do que histórias individuais, trata-se de perceber como essas trajetórias se constituem coletivamente, em redes de apoios, (auto)descobertas, tensões e (trans)formações. A pesquisa, portanto, não apenas escuta, mas se inscreve e escreve nesses fluxos, reconhecendo a potência do encontro como dispositivo de criação. Ou seja, a pesquisa como processo de devir em narrativas de mulheres(negras)-professoras-pesquisadoras.



3 Entre caminhos, alguns encontros

É nos caminhos que produzimos os encontros com as histórias, é nesse construir que o entrelaçar se torna possível, afetando e sendo afetada. Por isso, narrar é sempre um ato político e de transgressão, é no contar que as particularidades e subjetividades deixam de ser silenciadas e apagadas, e se tornam várias versões das mesmas histórias. Pois, “escrever é o ato, no momento, mais corajoso que existe” (Silva, 2017, p. 176), e escrever sobre si mesmo é um transgredir das amarras que insistem em silenciar, apagar, invisibilizar e excluir mulheres(negras)-professoras-pesquisadoras.

Tatiane é uma mulher que precisou ao longo de sua caminhada ser e se tornar forte. As adversidades da vida lhe permitiram chorar e viver, nas mesmas dimensões e intensidades, mas, mais do que isso, possibilitou que ela escolhesse que experiências lhe marcariam a ponto de escrever a sua própria história.

Thays é uma mulher negra que precisou se aceitar e se descobrir para que pudesse perceber que tinha uma outra caminhada a percorrer. As questões raciais lhe fizeram, durante muito tempo, silenciar e hoje é esse pulsar que determina o tom que será dado ao seu modo de escrita, no seu modo de vida.

3.1 Um narrar da Tatiane

Nasci em uma família marcada pela pobreza e pelos desafios impostos pelos “marcadores sociais” de classe e gênero. Como filha mais velha de quatro irmãs e dois irmãos, meu corpo aprendeu cedo o peso das responsabilidades que ultrapassavam minha infância. Meu corpo foi educado na exaustão, na obediência ao trabalho e na urgência de crescer antes do tempo. O alcoolismo de meu pai permeava nossa convivência familiar, tornando-a instável e violenta. Cada gesto meu, cada silêncio ou palavra dita carregava o risco da represália.

Quando minha mãe se separou dele, eu tinha apenas nove anos e fui tomada por sentimentos ambíguos: um alívio por ver cessarem as agressões e um temor profundo pela necessidade de assumir um papel de suporte para meus irmãos, enquanto minha mãe trabalhava incessantemente para garantir nosso sustento. A educação formal de minha mãe foi interrompida antes da conclusão do ensino fundamental, o que a obrigava a aceitar trabalhos precários, ora como empregada doméstica, ora como cozinheira. Seu corpo



também carregava marcas do esforço e da renúncia: mãos calejadas, coluna curvada pela exaustão, silêncio diante das humilhações impostas pelo trabalho.

Assim, o trabalho se tornou sua vida, e eu, aos nove anos, passei a acordar antes do sol nascer, atravessar quilômetros para deixar meu irmão na creche, voltar para casa e desempenhar funções domésticas e maternas. Meu corpo foi forjado em função do cuidado, na repetição do serviço doméstico, na invisibilidade do esforço. As pessoas ao nosso redor nos julgavam, afirmavam que eu e minhas irmãs estaríamos fadadas ao fracasso social. Ouvi de uma tia que nós nos tornaríamos prostitutas por não termos estrutura familiar. Essas palavras me marcaram para sempre, mas também alimentaram minha determinação de trilhar um caminho oposto.

O corpo feminino, socialmente associado ao desejo e ao pecado, era também o corpo do trabalho não reconhecido, do cuidado compulsório, da sobrevivência em condições adversas. A prostituição era um destino frequentemente atribuído às mulheres pobres, um alerta silencioso sobre os riscos que eu corria, não por minhas escolhas, mas pela posição social que ocupava. Se o corpo comunica, o meu já estava condenado antes mesmo de eu poder decidir seu caminho. Diante disso, os estudos foram minha forma de resistência.

Mesmo com a rotina exaustiva, sempre fui uma aluna dedicada e tinha um amor especial pela matemática. A previsibilidade dos números me proporcionava um controle que minha realidade não me permitia ter. Se meu corpo era um campo de disputas e restrições, a matemática me oferecia um espaço de neutralidade, um refúgio onde minha presença não era questionada.

Quando cheguei ao ensino médio, precisei conciliar os estudos com o trabalho formal, registrado em carteira desde os quinze anos. Antes disso, já fazia “bicos” como babá e faxineira para ajudar em casa. Minha jornada diária envolvia deslocamentos extensos entre escola e trabalho, geralmente a pé, e muitas vezes sem refeição adequada. A instabilidade doméstica foi uma constante. Meu corpo se habituou à fome, ao sono interrompido, à pressão constante de dar conta de tudo.

Minha mãe, jovem e bonita, buscava em relações amorosas um amparo que nunca se consolidava. Quando um de seus namorados passou a morar conosco, os conflitos se intensificaram. Eu representava uma ameaça ao seu poder, pois trabalhava, estudava e não me deixava manipular. Um dia, minha própria mãe me disse: *“Se não está bom, pega suas coisas e vai embora.”* E assim fiz. Fui morar com minha avó, mas a convivência com meu pai alcoólatra tornou essa permanência insustentável.



Aos dezesseis anos, com um adiantamento do meu salário, aluguei uma quitinete e passei a viver sozinha. Trabalhava, estudava e me mantinha de forma independente, mas carregava comigo a promessa silenciosa de provar que poderia vencer. Meu corpo, que sempre servira aos outros, agora servia ao meu próprio futuro.

Aos dezoito anos, engravidei do meu filho e formei uma família estruturada, que nunca tive. Mesmo assim, continuei buscando meu lugar no mundo acadêmico. Fiz o ENEM e passei para Ciências Contábeis, mas não me identifiquei. Tentei Administração, mas não era para mim. Finalmente, percebi que a matemática era meu verdadeiro caminho e ingressei na Licenciatura em Matemática em uma universidade pública em 2017.

Ser mulher, mãe e estudante universitária trouxe desafios adicionais. Trabalhava durante o dia e estudava à noite, sem tempo para participar de muitas atividades acadêmicas. Em 2019, com a transferência de meu esposo para Dourados-MS, continuei meus estudos em outra universidade pública e, com uma bolsa de iniciação à pesquisa, pude me dedicar mais à formação.

Foi na pesquisa que meu corpo encontrou não apenas um espaço de descoberta, mas também de questionamento. A matemática, com sua rigidez e exatidão, muitas vezes me isolava em um mundo de lógica pura, onde meu próprio corpo parecia ausente. Mas era impossível ignorar que eu não era apenas mente—meu corpo trazia marcas, histórias, cansaço e resistência. Durante a pandemia, senti isso com ainda mais força. Entre telas e distâncias, percebi que o conhecimento não flutuava no abstrato, ele precisava de corpos que o transmitissem, que o sentissem, que o ensinassem. Foi ali que compreendi que educar não era apenas transmitir conteúdos, mas tocar vidas, atravessar existências, reconhecer a presença física e emocional de quem aprende e de quem ensina.

Ao retornar às salas de aula presenciais, meu corpo carregava novas compreensões. O cansaço acumulado das madrugadas de estudo, os deslocamentos diários e a tensão de conciliar tantas jornadas estavam ali, impregnados em mim, mas também estavam a coragem e a vontade de seguir. Quando finalizei minha graduação e ingressei no mestrado, não levava comigo apenas títulos ou certificados, mas a vivência de um corpo que se recusou a ser invisível. Meu percurso acadêmico não foi um caminho linear de conquistas, foi um trajeto sentido na pele, moldado pelo esforço físico e emocional, pelas noites sem dormir e pelos dias em que precisei me equilibrar entre ser aluna, trabalhadora e mãe. A cada nova etapa, percebo que meu corpo não é um obstáculo para o saber, mas a própria prova de que aprender e ensinar são experiências profundamente humanas, vividas na carne, no movimento, na presença.



Pesquisar, para além da matemática dita universal, é reconhecer que o conhecimento não é neutro nem paira sobre os corpos como algo distante e homogêneo. Ao contrário, cada ser carrega sua própria história, e aprender é sempre um ato de troca, de afetação mútua. O que chamamos de "universal" muitas vezes ignora as singularidades de quem aprende e ensina, como se a matemática existisse à parte da vida, desconectada das marcas que cada corpo carrega. Mas não há abstração que não passe pela concretude da experiência. Meu próprio percurso me ensinou que aprender nunca é apenas sobre absorver regras e teoremas, mas sobre interpretar o mundo a partir daquilo que se sente e se vive. Por isso, adentrar a história, a filosofia e a educação matemática no doutorado não é apenas um novo desafio acadêmico, mas uma tentativa de dar forma a essa compreensão: o saber não está apenas nos livros ou nas fórmulas, mas nos corpos que o carregam e o transformam.

Essa mudança traz inseguranças, pois me obriga a olhar para além do que me foi ensinado como absoluto. No entanto, ela também carrega a esperança de encontrar um pertencimento maior, de entender a matemática não como uma verdade única, mas como uma linguagem que pode – e deve – dialogar com as diferentes realidades e vivências. O ensino, assim como a pesquisa, precisa considerar os corpos que aprendem, que se movem, que enfrentam barreiras visíveis e invisíveis todos os dias. Ao me aprofundar nesses novos campos, percebo que não estou apenas estudando conceitos e teorias, mas tentando construir um conhecimento mais vivo, mais humano ou não humano, onde a matemática deixa de ser um código frio e se torna um território de possibilidades. Afinal, pesquisar é também se deixar afetar, transformar, admitir que todo saber é um encontro – e, como todo encontro, ele nunca acontece sem deixar marcas.

Minha trajetória me fez perceber que somos frutos de muitas histórias: as que nos contam, as que acreditamos e, principalmente, as que escolhemos escrever. Cresci ouvindo que meu destino já estava traçado, mas decidi reescrevê-lo com cada passo que dei. Atravessar madrugadas frias para estudar, trabalhar além das forças, suportar o cansaço e a solidão – tudo isso valeu a pena para que eu pudesse escrever minha própria história, não a que a mim já estava prevista.

Hoje, olho para trás e vejo não apenas dores e dificuldades, mas também coragem, resiliência e amor. Minha história é a prova de que, mesmo quando tudo parece determinado, sempre há espaço para um novo caminho. E eu escolhi seguir em frente, sempre.



3.2 Uma narrativa outra da Thays

O que move a escolha de uma graduação? Essa indagação, que carrego comigo (re)significando e produzindo com, dá o tom com que quero começar a narrar uma história sobre uma decisão que tomei ou fui tomada. Nasci de um relacionamento de dois corpos negros que iniciaram seus enredamentos em rodas de samba e pagode, risos e danças. Mas, as felicitações iniciais não perduraram e o que se estendeu foram (des)encontros marcados pela irresponsabilidade de um homem que não sabia e não queria ser pai. Partindo disso, essa que narra finda de uma criação, bem estruturada e amorosa e decidida, que parte de uma relação interracial.

Andar na corda bamba dos dois mundos só intensificou a disparidade em que fui me constituindo. Mãe preta e pai branco, relações familiares interseccionando uma descrição entre branco e preto. Não é difícil perceber, e imaginar, quais espelhos uma menina negra foi forjada a escolher e desejar e se inspirar. *Um corte: o corpo negro foi construído de modo a desejar e não ser desejado!* Narrar uma das versões da história de minha vida é trançar risos e choros, silenciamentos e apagamentos. É caminhar em lamaçais de desejos, descobertas, discussões, entrelaçamentos, aprendizagens, autopercepções e autodescobrimento.

E é nesse trilhar de emoções e enredamentos que posso dizer que sou um corpo negro que perdurou, ou melhor, sou um corpo de uma mulher negra que por muito tempo subsistiu, em desidentificações e que hoje grita por reconhecimento, mas que também tem buscado espaços para dizer que sou muito mais do que escolho narrar aqui, nesse momento.

Sou a caçula de um casal que decidiu que o caminho que eu percorreria seria diferente do destinado e condicionado a eles. Filha de uma empregada doméstica, que queria ser enfermeira, com um gesseiro bom de Matemática, e que sonhava com a carreira no futebol, fui ensinada, desde cedo, que a educação era caminho a ser seguido para uma ascensão social. “*Não estou criando vocês [eu e minha irmã] para limpar o banheiro dos outros, como eu!*” dizia minha mãe. “*Estuda!*” aconselhava meu pai.

Em meio aos sonhos não realizados e não vividos de meus pais, fui aprendendo e interiorizando o que eu almejava, forçadamente, a priori, alcançar. APRENDER e EDUCAR, verbos que hoje entendo como formas de doutrinar e condicionar os corpos que fogem da norma estabelecida pela sociedade. *Um corte: o meu corpo negro é um desestruturar das normas!* Percebi, nesse rememorar, que o processo da alfabetização



sempre fez parte dos procedimentos de condições de ser e de se estar no mundo como um todo, ou pelo menos a minha educação foi se encaminhando assim.

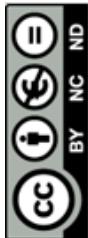
“Cadê a sua identidade? Sempre ande com ela, Thays...”, “Coloca uma roupa melhor se vai sair...”, “Arruma esse cabelo, Thays, passa um creme para alinhar a frente...”, “Deixa para mexer na mochila, fora da loja...”, “Se comporte!”, “Não brigue na rua...”, “Ande sempre sorrindo...”, “Sempre ande, não corra...”, “Você não pode sair com essa roupa suja...”, “Não discuta com policiais...”, “Guarda a nota fiscal, joga fora só lá em casa...”, “Não faça nada suspeito em espaços públicos, Thays...”, “Se comporte!”, “Se arrume!”, “Seja sempre educada e não dê má respostas...”, “Estude!”.

Esse foi o segundo processo de alfabetização que minha mãe fez comigo. *“Thays, você é negra!”*, foi o primeiro. Está aí uma alfabetização difícil de encarar, que me deixou arrasada e me arrancou de uma realidade que eu sonhava para mim, mas ela não me sonhava. Foi com essa 'simples' frase que o meu mundo virou de ponta cabeça e a negritude bateu em mim, como um carro bate em um poste, em uma estrada, a mais de 150 km/h. Me deixou em pedaços.

Essa afirmação, de minha mãe, trouxe escurecimento em todas as fissuras de minha vida e do meu corpo, principalmente na escola. No ambiente escolar era xingada dos mais variados e criativos termos racistas que uma menina negra pode ouvir de seus colegas. Os ataques racistas me aprisionaram em uma máscara que me forçou a buscar outros mecanismos, para que eles não me acometessem mais. Prisão: racismo sofrido. Chave para a liberdade: a Matemática.

Sempre fui uma menina com uma certa facilidade em aprender Matemática, pelo menos até decidir cursá-la como formação, ou seja, tinha uma facilidade em seguir procedimentos e fazer o que me pedia. E foi dela, a Matemática, que utilizei para que o racismo não me ferisse mais. A partir do momento que as professoras começaram a me chamar para ajudar meus colegas que apresentavam dificuldades com conteúdos matemáticos, pronto, resolvido! Deixei de ser a: cara de cavalo, cabelo de bombril e da cor do asfalto, para ser reconhecida como *“Thays, a menina boa em Matemática”*. Felicidade e glória, me representavam naquele espaço. Esse *status* me permitiu amizades, clubinhos seletos para um chá da tarde e um reconhecimento que eu não imaginava ter, nem em meus sonhos mais loucos e desenfreados.

E se perguntarem: o que move a escolha de uma graduação? Te direi: é a interrupção do racismo sofrido.



A Matemática foi o meu alicerce para escapar das discriminações que recebia. Produzi com uma Matemática que valorizava, e valoriza, apenas quem sabe operá-la e manuseá-la de acordo com suas regras, bem definidas. Uma disciplina que disciplina corpos de modo a desidentificá-los do que lhe compõem enquanto sujeitas. Quanto mais aprendia os conceitos e aplicabilidades da Matemática, mais me embranquecia. Até chegar no ponto em que não percebia o racismo que sofria. *Um corte: silêncio se ouvia, pois ela estava mascarada.* Eu havia me tornado branca.

Cursar Licenciatura em Matemática era um modo de manter o processo de colonização em meus devires. Era a manutenção da hegemonia e da dominação da Matemática nas vivências e experiências de uma menina/mulher negra. Mas, assim como o silêncio produz uma desintegração, os momentos de ruptura servem para descentralizar e questionar o que está posto e, assim, operar na contracolonização de uma soberania disciplinar.

Sofri racismo na escola e me mascarei, sofri racismo no Ensino Médio e me silenciei, sofri racismo na graduação e chorei. Gargalhar do racismo que sofri por uma “amiga”, em uma aula da graduação, foi o processo mais violento que o meu corpo, de uma matemática negra, foi forçado a perceber. E mais um processo de alfabetização aconteceu: “*Thays, isso é racismo. Não é brincadeira! Por que está rindo?*”. E ali chorei, não de escorrer lágrimas de meus olhos, mas chorei de sangrar e rasgar por dentro. Paralisei para suspirar a vergonha, o medo, o aprisionamento. Paralisei para ter um grito e uma sensação de liberdade.

Paralisar é o impulso da pesquisa, é a alma de uma pesquisadora em desenvolvimento. Travei, porque meu corpo decidiu rasurar e quebrar a máscara do silenciamento, para dar início a um processo de autoperceber-se enquanto uma mulher negra em um curso elitista, machista, racista, branco e cisheteropatriarcal. E, assim, fazer disso meu aquilombar em pesquisas. Hoje, depois de me graduar em Matemática Licenciatura, depois de me tornar mestra em Educação Matemática, conduzo o meu processo não mais no silenciamento e apagamento da minha negritude, mas nas faíscas que potencializam as minhas vivências e experiências como formas de vidas outras. Pois, no agora, o silêncio não me encarcera mais!

4 Matemática, um disfarce?



É possível que um corpo saiba antes mesmo de compreender. Que ele narre antes mesmo de escrever. Que ele carregue, nas suas dobras e cicatrizes, marcas de um mundo que o atravessou antes do pensamento. Haraway (2009) nos lembra que nossos corpos são mapas de poder, e esse mapeamento pré-consciente se manifesta na trajetória de Tatiane um corpo que aprendeu cedo demais: a cuidar, a calar, a trabalhar. Um corpo feminino, empobrecido, marginalizado pelas estruturas da desigualdade, que não teve tempo para a infância, para o brincar. Sua trajetória nos obriga a (re)pensar a Educação — e especialmente o ensino da Matemática — não como um processo neutro ou universal, mas como uma travessia profundamente marcada por interseções de classe, gênero e outras violências sociais e epistêmicas. Precisamos pensar em matemáticas interseccionais.

A Interseccionalidade (Akotirene, 2019), como proposta política, nos oferece as lentes necessárias para não descolar/silenciar/apagar/invisibilizar essas dimensões. Viveiros de Castro (2004) propõe a equivocidade controlada, que nos alerta para não tentar traduzir essas experiências a partir de uma única cosmovisão, pois isso seria impossível, mas sim acolher suas multiplicidades. Essa abordagem permite perceber que as experiências de opressão não se acumulam como peças isoladas, mas se entrelaçam, se entrecruzam não moldando, mas possibilitando diálogos, em que corpos são produzidos como “outros” pela diferença, não como diferente, pois como nos diz Silva (2002, p. 66) “a multiplicidade não tem nada a ver com a variedade ou a diversidade. A multiplicidade é a capacidade que a diferença tem de (se) multiplicar.” Ou seja, o corpo da menina pobre que cuida dos irmãos, o corpo da filha mais velha que cuidava dos irmãos mais novos, o corpo da jovem que trabalha e estuda, o corpo da mãe que insiste em existir no espaço acadêmico. Esses corpos não são exceções ou casos, são testemunhos vivos das políticas de exclusão que estruturaram nossas escolas, universidades e saberes, que estruturam a Matemática.

Quando Tatiane encontra refúgio na Matemática, o faz não como fuga, mas como tentativa de sobrevivência e existência. A faz como maneira de subverter um espaço de opressão. Na lógica dos números, talvez houvesse um tipo de estabilidade que sua vida cotidiana não lhe oferecia. Mas esse abrigo também lhe cobrou um preço: para acessar o mundo do saber legitimado, ela precisou, por vezes, silenciar as dores de seu corpo, ocultar suas faltas de sono, seus trajetos exaustos, suas ausências forçadas. Deleuze e Guattari (2011) nos ensinam que o “corpo sem órgãos” é o campo de imanência do desejo, sugerindo que esse silenciamento é também um processo de desterritorialização — um



gesto que abre fendas na abstração da disciplina para que outras intensidades emergam. O espaço da Matemática, construído como lugar da abstração e da racionalidade pura, é também um espaço que tende a rejeitar os corpos que destoam, que sangram, que gritam por justiça.

O que Tatiane nos revela, no entanto, é que não há separação possível entre o corpo que aprende e o saber que se constrói. Nietzsche (2023) vê a vida como devir, um movimento sem meta e caminhada fixa; e a trajetória de Tatiane encarna esse devir, recusando-se a ser capturada em definições estanques. Ela nos convoca a pensar a pesquisa, o ensino e o próprio conceito de conhecimento a partir de uma episteme outra — uma episteme encarnada, afetada, situada. Sua trajetória performa, no plano do vivido, aquilo que uma proposta decolonial insiste em afirmar: o conhecimento não é neutro, tampouco universal. Ele é sempre atravessado por relações de poder, e sua produção depende dos corpos que dele participam e compartilham.

A proposta de Interseccionalidade (Akotirene, 2019) encontra, aqui, um campo fértil de atuação: não apenas como diagnóstico das desigualdades vividas, mas como ferramenta para repensar as formas de ensinar e pesquisar. Quando afirmamos que não há abstração que não passe pela concretude da experiência, não estamos apenas desafiando a epistemologia dominante da Matemática; estamos sugerindo que talvez o próprio modo de fazer ciência precise ser (re)inventado, tal como propõe a cartografia rizomática de Deleuze e Guattari (2011) e Braidotti (2015), de forma a acolher os múltiplos modos de existência que já habitam o campo educativo, mas que continuam sendo excluídos, silenciados ou exotizados nesse meio.

O corpo de Tatiane — atravessado por jornadas múltiplas, pela maternidade, pelo cansaço e pela esperança — nos ensina que aprender é um ato radical de resistência. E que resistir, neste caso, é também recusar os lugares previamente destinados — um gesto de ruptura que ressoa com a ideia de indisciplina como fenda no saber instituído, abrindo caminho para novas epistemologias. Em vez de se render às narrativas que a reduziam à pobreza ou à marginalidade, ela escreve outra história, onde o corpo é memória, é marca, é performance. E talvez seja essa a mais urgente das interseccionalidades: aquela que atravessa a vida, o saber e o sonho, tecendo novas formas de estar e pensar o mundo.

Já a narrativa de Thays coloca em primeiro plano a experiência de uma mulher negra em um espaço educacional que, desde a infância, a atravessa com marcas de racismo, desvalorização e silenciamento. O corpo negro, ensina sua mãe, precisa ser preparado para resistir: “*Thays, você é negra!*” foi o primeiro processo de alfabetização,



difícil, dolorido, necessário. Desde cedo, Thays comprehende que sua presença precisa ser administrada, disfarçada, controlada. Foi forçada a perceber que para sobreviver, nada deveria ver. Foi condicionada a se mascarar para ocupar espaços em que se via, não espaços de poder e sim, aqueles que ofertavam a ela o mínimo de dignidade. A Matemática surge como refúgio e escudo, como máscara — uma forma de se destacar, de se proteger, de se embranquecer, de se silenciar, de se apagar. Sua trajetória, no entanto, revela o quanto essa disciplina também pode operar como dispositivo de normalização e apagamento, reforçando a hegemonia branca, masculina e racional que estrutura os espaços educacionais e acadêmicos.

O corpo da mulher(negra) grita, pulsa, chora, sangra e clama, por uma sociedade em que a desigualdade racial, o racismo, não a conduz universalmente. Thays, precisou ter um corpo sem órgãos. Precisou? Ela foi condicionada, como última alternativa, a performar um padrão, uma norma, um estereótipo, “*silêncio se ouvia, pois ela estava mascarada*”. Os caminhos a silenciaram e apagaram as subjetividades e particularidades de ser uma mulher negra e caminhos outros a movimentaram, de tal modo, a problematizar e produzir com a sua existência. Ser uma mulher negra em uma sociedade, em que a modernidade é a branquitude, são corrupções de sistemas, normatizações, escravizações, desvalorizações, opressões. São modos de existir em devires de luta e subversão. Érico Andrade (2023) escurece bem a condição de ser negra, quando diz que “falava de si num mundo onde a branquitude é o parâmetro de humanidade, e ser branco é ter as condições para atingi-la, e ser negro é sempre estar à margem num eterno devir de *exclusão*, sem um lugar” (Andrade, 2023, p. 15). Até quando isso será considerado normal e estrutural?

Lutar é o verbo que dita o caminhar da população negra. É uma religião ao qual já se nasce pregando. Resistência é o caminho que temos. Potência é a vida negra. Identificação é o que se busca nesse mundo. Identidade não como um aprisionar de vivências, mas como pulsar de existências. Essa é uma das potências de uma mulher(negra)-professora-pesquisadora contar a sua história, pois dessa forma ela desestrutura e rompe o sistema a sua volta.

Talvez, o que Thays queria explicitar é em relação ao uso que se faz de algumas disciplinas, especialmente as ditas duras como a Matemática. Que Matemática usamos? Como usamos? O que produzimos? O que condicionamos? O que operamos? Pensar nos próprios processos de formações, no campo da Matemática, são modos de não aceitar a construção política e social ao qual essa área está vinculada. Neutra e universal?



Acreditamos que na Matemática não. Sua narrativa mostra como a intersecção entre classe, raça, gênero e conhecimento não apenas atravessa, mas molda experiências, escolhas e violências. E denuncia, sobretudo, como esses atravessamentos podem ser mobilizados em favor de um processo de ruptura, de (auto)conhecimento, de (re)existência do corpo de uma mulher negra.

Nestes cenários narrados, emergem as sujeitas consideradas subalternas — ocultas ou ocultadas nas narrativas discursivas —, construídas como uma categoria monolítica e imóvel que não podem recuperar suas vozes, porque não possuem um lugar na enunciação. Como nos lembra Spivak (1998), "se no contexto da produção colonial o indivíduo subalterno não tem história e não pode falar, quando esse indivíduo subalterno é uma mulher [negra], seu destino se torna ainda mais sombrio". A situação das mulheres negras é, portanto, duplamente problemática, já que a construção ideológica de gênero e raça, e a negação epistêmica as posicionam em um espaço de maior invisibilidade. Ou seja,

[...] não podemos manter a branquitude e a masculinidade como medidas de futuros libertadores, mesmo quando a presença de tais medidas está profundamente escondida sob universalismos sedutores como liberdade, igualdade e fraternidade. El[a] reconhece a importância de novas perspectivas, novas trajetórias e novas formas de imaginar futuros, nas quais as toxicidades químicas e ideológicas não mais poluam nossos mundo futuros (Ferdinand, 2022, p. 14)

Tanto Tatiane quanto Thays performam em suas escritas uma crítica viva à neutralidade da formação docente e à universalização das trajetórias acadêmicas. Ambas revelam que não há caminho único, e que cada passo é moldado por contextos específicos, por forças históricas, por desigualdades que se sobrepõem e se entrelaçam. Articulando suas histórias à proposta de uma pesquisa decolonial e cartográfica, compreendemos que fazer ciência, fazer educação, fazer docência são práticas situadas, parciais, corporificadas.

No cerne do discurso científico iluminista, projetam-se binarismos que pretendem esgotar todo o campo do saber: universal/específico, objetivo/subjetivo, neutro/pessoal, racional/emocional, imparcial/parcial (Kilomba, 2021). Esses pares só se sustentam se, primeiro, cada termo abranger a totalidade do universo discursivo e, segundo cada um se colocar como antítese excludente do outro — “se algo é racional, não é emocional; se é emocional, não é racional” (Maffia, 2010, p. 2). Cristoffanini e Hernández (2019) nos avisam que essa arquitetura dicotômica não é neutra: ela carrega uma sexualização e uma hierarquização implícitas, em que o “masculino” (racional, universal, público) se



sobrepõe ao “feminino” (emocional, particular, privado), e ousamos pensar o “negro” (irracional, marginal, subjugado), tornando tudo que foge da norma uma força a ser silenciada ou corrigida.

A Interseccionalidade (Akotirene, 2019), assim, não aparece como um conceito a ser aplicado, mas como uma condição material e simbólica que produz modos de estar, de aprender, de resistir — uma cosmopercepção (Oyéwùmí, 2021) que permite escutar o que os corpos narram quando se recusam a caber nos moldes do instituído. Ao tensionarem os espaços que habitam, Tatiane e Thays não pedem inclusão: elas reconfiguram as bordas, redesenham os contornos, multiplicam os centros e ressignificam as margens.

Diante disso, perguntamo-nos: como cabem, nesse quadro, corpos como os de Tatiane e Thays, marcados por experiências que misturam afeto e razão, trabalho e cuidado, raça e pesquisa? Quando Tatiane precisou silenciar seus cansaços para ser vista como “racional” e Thays buscou na Matemática um escudo para não ser reduzida ao seu corpo negro, elas se defrontaram com um saber que exige renegar suas dobras emocionais e suas cicatrizes políticas.

E se, em vez de reforçar essas fronteiras exclucentes, repensássemos a Matemática e a Ciência como campos de indisciplina? A indisciplina não seria um descuido metodológico, mas um gesto deliberado de ruptura que abre fissuras no saber instituído, permitindo que outras formas de conhecimento – nascidas da experiência, do afeto, da corporeidade – emergem e se instalem. E se aceitássemos que o aprender-corpo — esse saber que nasce das travessias de classe, gênero e raça — faz-se justamente na tensão entre o numérico e o sensível, entre a abstração e a vida encarnada? Talvez, ao desafiar as dicotomias suscitadas pela cânones ilustrada, possamos abrir espaço para um conhecimento que não hierarquize emoções e corpos, mas que reconheça a multiplicidade de existências em processos de devires.

5 Final?

Este artigo propõe um exercício cartográfico que, em vez de fixar trajetórias em moldes prévios, busca compreender os movimentos, os desvios, as fissuras, as brechas e as potências que emergem nas narrativas das autoras, assumidas aqui como Tatiane e Thays. Produzir um exercício cartográfico como pesquisadoras na Pós-Graduação é mais do que um exercício investigativo; é um gesto político. A pesquisa se inscreve como um



ato de resistência e potência, acompanhando processos que não buscam validar trajetórias preexistentes, mas abrir caminhos para devires imprevistos. Ao dar corpo à escrita, à política da narratividade, propomos não apenas compreender, mas intervir, tensionar e criar novos modos de habitar os espaços acadêmicos, e para além deles também.

A incerteza presente na teoria dos três corpos, onde pequenas mudanças nas condições iniciais podem levar a resultados drasticamente distintos, nos convida a pensar as trajetórias acadêmicas femininas(negras) como processos fluidos, marcadas por forças que não podem ser completamente controladas. Cada interação dentro do espaço da Pós-Graduação é uma perturbação que pode modificar significativamente os caminhos percorridos.

A importância e a urgência de que o campo da Educação Matemática se abra para questionar a suposta neutralidade do saber, que, por muito tempo, foi (e ainda é) apresentado como universal, objetivo e desvinculado das marcas sociais, culturais e políticas. Quando se afirma que a Matemática não é um saber puro, isolado do mundo, mas sim uma construção histórica, situada, atravessada por relações de poder, por processos de colonização, de racialização, de gênero e de classe, apostamos em outros modos de narrar, que partem não de uma posição distanciada, fria e supostamente objetiva, mas sim das vivências corporificadas, dos afetos, das marcas e das experiências concretas de quem narra. Reafirmamos que a pesquisa não apenas escuta, mas se inscreve e escreve fluxos, não nos colocando como observadoras externas, mas nos envolvendo, que se deixa atravessar e que, no próprio ato de narrar, também se (re)faz, se transforma, se constitui.

A provocação final é: como esse exercício se materializa na prática? Como se poderia, efetivamente, refutar a ideia de uma dita neutralidade da Matemática e, ao mesmo tempo, afirmar a pesquisa como um processo de devir, de transformação, a partir das narrativas de professoras-pesquisadoras-mulheres(negras) consideradas subalternizadas?

Essa refutação se dá, justamente, no gesto de narrar a partir dos corpos. Na medida em que contamos nossas histórias, nossos atravessamentos, nossos encontros e desencontros com a Matemática — uma Matemática que, muitas vezes, nos negou pertencimento, que nos deslegitimou, que nos violentou epistemicamente —, estamos, por si só, desmontando a fantasia da neutralidade. Mostrar que os saberes são situados, que o acesso à matemática e sua produção estão atravessados por gênero, raça e classe, já é, na prática, um ato de insurgência epistêmica.



Além disso, ao escrever desde si, e não sobre si, no entrelaçamento entre vida e pesquisa, as narrativas performam aquilo que podemos chamar de "pesquisa como processo de devir". Não é uma pesquisa que busca uma verdade final, fechada ou totalizante, mas uma pesquisa que se faz no fluxo, no movimento, nas incertezas e nas potências que emergem do encontro com o outro, com o mundo e consigo.

Portanto, refutar a neutralidade da Matemática e afirmar a pesquisa como devir significa, na prática, desobedecer a metodologias rígidas, romper com os formatos disciplinadores da escrita acadêmica, tensionar as fronteiras do que se entende como dado, como rigor, como validade. Significa afirmar que nossas experiências, racializadas, generificadas, subalternizadas e insurgentes, são, sim, lugar de produção de saber, de conhecimento e de reinvenção do que se entende como Matemática, como ciência, como pesquisa.

Somos Tatiane e Thays, corpos que chegaram antes de qualquer explicação, e ao assumirmos nossa própria voz nesta cartografia existencial, traçamos não meros relatos, mas caminhos de resistência. Cada cicatriz no nosso cuidado precoce, cada madrugada de estudo, cada necessidade de disfarçar o cansaço e a negritude, torna-se um ponto de força e invenção; nossas trajetórias se entrelaçam em linhas que escapam à frieza dos números, revelando que a Matemática, quando se converte em disfarce, também pode ser palco de (re)existência. Ao criarmos juntas — fomos autoras e personagens —, tecemos, com incertezas e coragem. Convocamos quem nos lê a navegar por essa paisagem de afetos e saberes, onde a prisões das dicotomias se desfazem em devires.

O corpo chega primeiro, e a escrita precisa acompanhar suas vibrações. Que essa cartografia possa ser uma tessitura em movimento, um convite a pensar (e sentir) com as forças que habitam a Pós-Graduação, permitindo que outras vozes, corpos e histórias continuem a emergir.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências



ANDRADE, É. **Negritude sem identidade**: sobre as narrativas singulares das pessoas negras. v. 16 n.41. São Paulo: n-1 edições, 2023.

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRAIDOTTI, Rosi. **Lo posthumano**. Traducción de Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Gedisa, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. da (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HOOKS, B. **Feminismo é para todo mundo**: política radical para os grupos oprimidos. Tradução de Ana Luiza Libânia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KILOMBA, G. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra-performance. [S. l.]: Goethe-Institut, 2021. 1 vídeo (1h01min51s). Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxS>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MAFFIA, D. **Contra las dicotomías, feminismo y epistemología crítica**. Documento de trabalho. Buenos Aires: Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/1O4G1pa>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**. Edição. Chemnitz. Barueri: Camelot editora, 2023.

OLIVEIRA, T. A. de O. **Trançando Narrativas de Professoras Negras de Matemática sob uma Cosmopercepção da Análise Crítica Interseccional do Discurso**. 2024. 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024.

OYEWÙMÍ, O. **A Invenção das Mulheres**: construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero. Tradução de Vanderson Flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

POINCARÉ, H. **Les méthodes nouvelles de la mécanique céleste** (Métodos novos da mecânica celeste). Paris: Gauthier-Villars, 1892.

SANTOS, J. R. V. dos.; LINS, R. C. (Dez) Aforismos: comentários para todos e para ninguém Um Ensaio sobre Formação Matemática de Professores de Matemática. **Revista Brasileira de História, Educação e Matemática (HIPÁTIA)**, São Paulo. v. 9, n. 1, p. 160-162, 2024.

SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: impertinências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 65-66, 2002.



SILVA, Igor Pires da. **Textos cruéis demais para serem lidos rapidamente.** São Paulo: Globo Alt, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. ¿Puede hablar el sujeto subalterno? **Orbis Tertius**, La Plata, año 3, n. 6, p. 175-235, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Antropologia Perspectival e o Método da Equivocação Controlada." **Tipití**: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America, Cuiabá, v. 2, n. 1, p. 3-22, 2004.

Recebido em: 02 de maio de 2025.

Aceito em: 22 de agosto de 2025.